



GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO INTERIOR DO AMAZONAS

PINHEIRO, Fredson Alves. **Gestão democrática e projeto pedagógico de uma escola pública no interior do Amazonas**. Florianópolis: Id Acadêmico, 2025.

RESUMO

Este artigo resulta de uma análise sobre a inserção e avaliação dos professores no processo de ensino-aprendizagem no Programa Ensino Médio Inovador (EMI), tema central da minha dissertação de mestrado, defendida e aprovada em 2021 durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa foi realizada no programa de Ciências da Educação da Universidad del Sol (Unades), no Paraguai, sob a orientação do Professor Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes. A escola objeto de estudo opera em três turnos e possui 14 salas de aula. Após a adesão do governo estadual ao programa EMI, a cidade de Eirunepé foi contemplada em 2019 com a implementação do programa nos turnos matutino e vespertino. O Projeto Político Pedagógico da instituição prioriza a qualidade do ensino e a cidadania, reconhecendo-os como fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. A busca pela excelência na educação pública exige que o planejamento pedagógico esteja fundamentado em uma cultura de avaliação. Contudo, essa prática ainda não se consolidou como parte da política educacional do estado. A falta de uma abordagem contínua e eficaz resulta em uma implementação inconsistente das políticas educacionais. Como consequência, muitos governantes não têm investido adequadamente na qualificação da educação, nem na utilização da avaliação como ferramenta de aprimoramento das políticas públicas, o que contribui para a precarização das escolas públicas e explica o atraso no sistema educacional.

Palavras-chave: inserção de professores; ensino-aprendizagem; avaliação educacional; políticas educacionais; precarização da educação pública.

SUMMARY

This article results from an analysis of the insertion and evaluation of teachers in the teaching-learning process in the Innovative Secondary Education Program (EMI), the central theme of my master's thesis, defended and approved in 2021 during the Covid-19 pandemic. The research was carried out in the Education Sciences program at the Universidad del Sol (Unades), in Paraguay, under the guidance of Professor Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes. The school under study operates in three shifts and has 14 classrooms. After the state government joined the EMI program, the city of Eirunepé was included in 2019 with the implementation of the program in the morning and afternoon shifts. The institution's Pedagogical Political Project prioritizes the quality of teaching and citizenship, recognizing them as fundamental for the integral development of students. The search for excellence in public education requires that pedagogical planning is based on a culture of evaluation. However, this practice has not yet been consolidated as part of the state's educational policy. The lack of a continuous and effective approach results in inconsistent implementation of education policies. As a consequence, many governments have not invested adequately in the qualification of education, nor in the use of evaluation as a tool for improving public policies, which contributes to the precariousness of public schools and explains the delay in the educational system.

Keywords: insertion of teachers; teaching-learning; educational assessment; educational policies; precariousness of public education.

INTRODUÇÃO

A educação é uma política pública que exige dos gestores uma postura responsável, capaz de incentivar e valorizar os profissionais da educação, com o objetivo de melhorar o processo de aprendizagem e garantir a qualidade das escolas públicas no âmbito da educação básica no Brasil. Isso envolve a promoção do controle social, maior comprometimento com a gestão escolar e com práticas pedagógicas que assegurem um nível adequado de aprendizagem e desempenho dos estudantes, com base nas avaliações realizadas por instituições oficiais, sempre com foco na qualidade do ensino e nas metodologias de aprendizagem.

O foco deste artigo é discutir a avaliação e o envolvimento dos professores no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no âmbito do programa EMI - Ensino Médio Inovador, que foi objeto da minha dissertação de mestrado defendida e aprovada durante a pandemia de Covid-19, em 2021, no curso de Ciências da Educação na Universidad del Sol – Unades, no Paraguai, sob a orientação do Professor Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes.

O EMI foi criado pela Portaria nº 971 do Ministério da Educação, de 9 de outubro de 2009, como parte das iniciativas do Plano de Desenvolvimento da Educação. Atualmente, o programa está em conformidade com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, além de estar alinhado com a reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746/2016, sendo regulamentado pela Resolução nº 4 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de 25 de outubro de 2016.

O PNE e a Reforma do Ensino Médio continuam sendo debatidos no Congresso Nacional e por diversos movimentos educacionais. No Senado Federal, tramita o Projeto de Lei 88/2023, de autoria do senador Flávio Arns, que discute a responsabilização dos gestores públicos pelo não cumprimento da garantia constitucional de uma educação de qualidade para todos, além de propor alterações na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, permitindo que os danos causados à oferta de educação básica pública de qualidade sejam passíveis de reparação judicial por meio de ação civil pública.

O Ministério da Educação (MEC), em 30 de março de 2023, criou um grupo de trabalho consultivo com a missão de elaborar um projeto de lei sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), cuja proposta deverá ser apresentada ao Congresso no segundo semestre de 2023. O grupo conta com representantes do MEC, das comissões de Educação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e outras entidades relacionadas à área.

Em relação ao Ensino Médio, o MEC, por meio da Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, lançou uma Consulta Pública para avaliar e revisar a política nacional do Ensino Médio. O objetivo dessa consulta é promover um diálogo com a sociedade, incluindo a comunidade escolar, os profissionais da educação, equipes técnicas dos sistemas de ensino, estudantes, pesquisadores e especialistas em educação. Essa interação visa fornecer subsídios ao governo para embasar as ações normativas que irão regulamentar o Novo Ensino Médio.

Neste artigo, abordamos a temática em questão, atualizando as questões relevantes, mas com foco na problemática tratada em nossa dissertação – “Formação dos professores e suas práticas pedagógicas na Escola ‘A Redentora’, em Eirunepé, Amazonas”. Embora novos questionamentos tenham surgido sobre o tema, mantivemos a íntegra da pesquisa do mestrado, que se concentra na Escola pública “A Redentora”, localizada na microrregião do Juruá, no sudoeste do Estado do Amazonas, no município de Eirunepé. O foco da pesquisa é a formação dos professores, as práticas pedagógicas, a gestão escolar e o desempenho dos alunos no que diz respeito à qualidade do ensino-aprendizagem.

O nome “A Redentora” é utilizado de forma genérica para proteger a identidade da escola, caso haja qualquer tipo de preconceito, além de demonstrar respeito pelos profissionais da educação e pelos estudantes da instituição.

Nosso compromisso é realizar uma avaliação e análise das práticas pedagógicas dos docentes da escola pública, levando em consideração sua qualificação, carga horária, funções e a interação entre eles, dentro de um processo de organização do trabalho. A dissertação está estruturada em três eixos principais:

1. Contextualização da Escola “A Redentora” no município de Eirunepé; 2. Análise das competências e habilidades dos professores no processo de aprendizagem; 3. Considerações finais.

Para entendermos o contexto da escola, é importante informar que ela é uma instituição pública localizada no interior do Amazonas, originada de antigas áreas de seringais e de nordestinos que migraram para a região no século XIX para trabalhar na extração da borracha. Esses trabalhadores, sob o regime de Barracão (aviamento) — uma forma de servidão marcada por exploração e controle rigoroso —, junto aos povos indígenas e ribeirinhos, formaram famílias e comunidades nas florestas e ao longo do rio Juruá, onde se encontra o município de Eirunepé.

A escola em questão funciona em três turnos e possui 14 salas de aula. Em 2019, após o Estado aderir ao programa EMI (Ensino Médio Inovador), a escola “A Redentora” foi beneficiada, passando a oferecer o programa nos turnos da manhã e tarde. Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola definiu como prioridade a busca pela qualidade do ensino e a promoção da cidadania, reconhecendo que esses fatores são essenciais para o desenvolvimento integral do indivíduo, bem como para sua inserção na família, no trabalho e na sociedade.

A busca por um padrão de qualidade na escola pública exige uma prática de planejamento focada na cultura da avaliação. No entanto, essa prática ainda não está consolidada na política pública estadual, já que, em muitos casos, os governantes reformulam as ações de governo conforme suas próprias visões, como se estivessem criando algo novo. A realidade é que muitos desses gestores pouco ou nada têm feito para qualificar a educação e integrar a avaliação como ferramenta essencial de controle, ajuste e melhoria das políticas públicas. Essa falta de ação, seja por omissão ou negligência, contribui para a deterioração das escolas públicas, justificando, em parte, o atraso educacional da região.

ESCOLA PÚBLICA NA UTI

Muito antes do impacto da pandemia de Covid-19, o educador Celso Antunes, ao refletir sobre a situação da educação básica no Brasil, ressaltava a necessidade urgente de uma política estratégica focada na melhoria da qualidade do ensino. Para destacar a importância de suas observações, ele questionava: "Não seria o caso de se pensar em uma espécie de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para todas as escolas do país, inclusive as mais simples e localizadas nas regiões mais remotas?" (Antunes, 2002, p.52).

Acreditamos que as escolas situadas em regiões mais remotas, especialmente nas áreas mais distantes, são as que mais necessitam de apoio para aprimorar a qualidade do ensino e promover a inclusão social. No contexto do interior do Amazonas, é fundamental respeitar os processos de aprendizagem próprios de suas culturas para garantir um ensino mais eficaz e significativo.

A metáfora proposta pelo educador Antunes, que sugere a criação de uma espécie de "UTI" para as escolas públicas, pode ser interpretada como um chamado para investimentos na formação contínua e na melhoria das práticas pedagógicas, com o objetivo de "salvar vidas". Isso porque, embora a escola não tenha o poder de matar, ela pode causar grandes danos ao não promover o desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens no tempo necessário, o que resulta na exclusão social, na desistência, na evasão e no abandono escolar.

Segundo o professor Marco Aurélio Nogueira, da Universidade de São Paulo, a educação no Brasil atravessa um momento crítico, como se estivesse "sangrando".

No entanto, a educação continua a se manter viva, impulsionada tanto pelas exigências da sociedade contemporânea quanto pelo desejo de progresso da maioria dos jovens. Gestores e educadores seguem em ação, resistindo e buscando soluções, tentando contornar os obstáculos que surgem, muitas vezes com recursos limitados para trabalhar de maneira mais eficaz. Embora recebam baixos salários, sejam desvalorizados pelo governo e não tenham o devido reconhecimento profissional, são esses profissionais que representam a base para a reconstrução necessária do sistema educacional (Nogueira, 2021, *Estado de S. Paulo*, p. Opinião).

Embora em dificuldades, a Escola pública ainda mantém sinais de vida, mobilizando esforços para promover inclusão, equidade e qualidade no ensino. Os responsáveis por esse processo são, em grande parte, os trabalhadores da educação. Pode parecer uma utopia, mas, quando pensado e implementado de forma colaborativa, pode se transformar em uma realidade concreta.

A forma como o sistema de saúde pública lidou com a pandemia de Covid-19 revelou a fragilidade do sistema, o que permitiu que o avanço da doença resultasse na perda de muitas vidas, especialmente nas áreas mais remotas do Amazonas, onde nem mesmo unidades de terapia intensiva (UTIs) existem. Diante disso, é fundamental que também comecemos a analisar a violação de outros direitos sociais, especialmente o direito à educação, considerando as políticas educacionais e a eficácia das nossas práticas pedagógicas, levando em conta a realidade das crianças e jovens de Eirunepé, tanto da cidade quanto da zona rural. Esse é o grande desafio para os profissionais da educação comprometidos com o presente e futuro da educação no município e na região do rio Juruá, trabalhando para garantir a “qualidade educacional” nas escolas, conforme estabelece o Art. 205, inciso VII, da Constituição Federal (Brasil, 2011, p.56).

Este desafio é ainda maior, pois entendemos a educação como a base para a sustentabilidade das nossas comunidades, sendo essencial para a formação do conhecimento, que atua como ferramenta para mediar relações sociais e ambientais, visando ao pleno desenvolvimento. A questão que se coloca nesse contexto é: por que ainda não conseguimos avançar? E o que deve ser feito para promover esse avanço? Às vezes, parece que estamos sob a sombra de um apagão que afeta diretamente a vida, saúde e desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens no país, prejudicando o processo de aprendizagem, como no caso da Escola “A Redentora” em Eirunepé, um dos 62 municípios do Amazonas.

Embora a preocupação possa ser local, a crise é de alcance nacional, como destacou o professor Antunes. Para reforçar essa análise sobre o estado da educação no Brasil, o cientista político Gustavo Loschpe, autor do livro *A Ignorância Custa um Mundo*, também é claro ao afirmar que:

As escolas brasileiras estão falhando em cumprir sua missão fundamental. No teste PISA, por exemplo, a avaliação de letramento em leitura é dividida em três áreas: identificação de informações, interpretação e reflexão. Embora os resultados do Brasil sejam preocupantes, com pontuações de 365, 400 e 417 respectivamente, o desempenho dos alunos brasileiros na interpretação e reflexão das informações obtidas é comparável ao de países como Argentina e Chile. O grande problema, no entanto, está na habilidade de leitura, que afeta negativamente o desempenho em todas as outras disciplinas. Como observou Cláudio de Moura Castro, "não estamos focando os esforços onde realmente precisamos. Estamos perdendo tempo com detalhes e deixando de concentrar nossas atenções em um dos elementos mais cruciais do processo educacional: o uso adequado da linguagem". Se fosse necessário criar um slogan para todas as escolas brasileiras, seria: "A única prioridade na escola brasileira é ensinar a ler e compreender o que está escrito" (Ioschpe, 2004, p.151).

No entanto, queremos orientar o foco desta reflexão, pois, embora a leitura possa parecer simples, ela exige uma metodologia adequada, domínio dos símbolos, além de capacidade de relação e compreensão. Vamos ver o que Paulo Freire expressa em sua *Carta aos Professores*:

Ler é uma atividade complexa e exigente, mas ao mesmo tempo gratificante. Ninguém pode ler ou estudar de forma genuína sem adotar uma postura crítica diante do texto ou do objeto de sua curiosidade, sendo o sujeito ativo do processo de leitura e aprendizado. Ler envolve o esforço de buscar entender o que se lê, o que torna essencial, entre outros aspectos, o ensino adequado da leitura e da escrita. Ensinar a ler é, portanto, embarcar em uma experiência criativa que se concentra na compreensão e na comunicação (Freire: Carta, p.261).

É importante destacar que, a partir de 2005, uma das condições impostas por agências financiadoras internacionais foi a implementação de uma política de avaliação que promovesse uma cultura de políticas públicas. O objetivo principal dessa iniciativa era identificar os problemas educacionais e, de imediato, buscar soluções eficazes, contribuindo assim para a melhoria das ações no campo educacional.

Para atingir esse objetivo, foi criado o SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto por duas avaliações: a ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica e a ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, também conhecida como "Prova Brasil". A ANEB realiza avaliações bianuais sobre a

proficiência de alunos das redes pública e privada, enquanto a ANRESC coleta dados sobre o desempenho de escolas urbanas com mais de 30 alunos nas séries de 4ª a 8ª do Ensino Fundamental, com foco na melhoria do planejamento e no uso de recursos para garantir a qualidade da educação.

Além desses indicadores, o Ministério da Educação também aplica o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio e o ENC - Exame Nacional de Cursos, conhecido como "provão". No entanto, tanto em Eirunepé quanto em outras regiões do Brasil, os resultados dessas avaliações ainda são insatisfatórios, e as medidas de reparação não são efetivas, mantendo o quadro de precariedade nas escolas. Apesar disso, esses exames continuam sendo instrumentos importantes para medir e avaliar a qualidade da educação, exigindo um compromisso político mais intensivo para garantir esse direito social, que ainda é amplamente desrespeitado no Brasil.

PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NA ESCOLA

Os desafios são numerosos e os problemas, ainda mais profundos, com a solução muitas vezes dependente de decisões tomadas de forma centralizada, frequentemente fora do contexto da escola ou do município. A escola pública carece de autonomia política e financeira, e a gestão democrática e participativa, juntamente com um planejamento pedagógico eficaz, deveriam ser elaborados de forma conjunta com a comunidade escolar, envolvendo as famílias, organizações e instituições que fazem parte da rede de apoio da escola. No Amazonas, desde 2015, conforme o Documento Base do Plano Estadual de Educação, era possível observar um progresso nas etapas iniciais da educação básica, mas o ensino médio ainda representava um grande desafio. A pandemia agravou ainda mais esse quadro, impactando negativamente o sistema educacional em sua totalidade.

O cenário educacional no Brasil é alarmante. De acordo com a última avaliação do PIRLS - Progress in International Reading Literacy Study, realizada em 2021, o Brasil obteve resultados insatisfatórios na alfabetização, ficando abaixo de países como Uzbequistão e Azerbaijão, e empatando com Irã, Kosovo e Omã. No

total, a média do Brasil foi de 419 pontos (em uma escala de zero a mil), muito próxima do mínimo. Esse estudo avalia a capacidade dos alunos de interpretar, articular ideias e fazer análises críticas do conteúdo de textos. Foi a primeira vez que o Brasil participou da avaliação, organizada pela IEA - International Association for the Evaluation of Educational Achievement.

Especialistas têm discutido as causas desse baixo desempenho. Claudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas e ex-diretora de educação do Banco Mundial, destaca que formar professores é tão complexo quanto formar médicos. No entanto, muitos professores estão sendo formados por meio de um modelo de Educação a Distância (EAD) que não atende às necessidades da formação adequada, refletindo na qualidade do ensino.

Tanto a saúde quanto a educação são direitos sociais fundamentais, frequentemente comparados devido à sua relevância. Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) tem incentivado a formação de professores por meio do EAD, com 60% dos cursos de licenciatura no Brasil sendo oferecidos nesta modalidade, que frequentemente carece de avaliação institucional. A crise educacional tem provocado sérios impactos nas escolas, afetando alunos, professores e outros envolvidos na gestão escolar, muitas vezes desprovida de um planejamento eficaz.

A implementação da escola em tempo integral e a formação contínua dos professores são vistas como soluções essenciais para enfrentar esses problemas. Especialistas em políticas públicas defendem essas estratégias como fundamentais para promover escolas inclusivas, combater a desigualdade social e melhorar o ambiente escolar. Em nossa pesquisa, ao perguntar sobre os pontos fortes da escola, os professores destacaram a dedicação em tempo integral, aliada a uma carga horária de 40 horas semanais, como um fator importante para possibilitar discussões e análises aprofundadas do processo de aprendizagem. Essa mudança só será viável se a carga horária dos docentes for ajustada, permitindo que a gestão escolar participe ativamente na definição de práticas pedagógicas eficazes, com foco no ensino de qualidade na Escola “A Redentora”.

O que está sendo debatido é o modelo de governança da escola, com base em uma prática democrática e participativa, algo que os professores ainda não

enfrentaram plenamente na sua experiência acadêmica. No entanto, conforme as consultas realizadas, essa questão está em pauta e será discutida, englobando todos os segmentos que formam a escola – professores, funcionários, gestores, alunos, pedagogos e lideranças sociais da comunidade. De acordo com os dados coletados em nossa pesquisa, a proposta é realizar uma "assembleia constituinte da educação", de caráter político, mas sem vinculação partidária. Ao mesmo tempo, os professores desejam debater questões curriculares e tomar decisões coletivas sobre o planejamento acadêmico, dentro do escopo do PPP - Projeto Político Pedagógico da escola, lembrando que nossa pesquisa foi realizada em 2021, logo após o impacto da pandemia da Covid-19.

Embora o foco da pesquisa tenha sido o Ensino Médio Inovador, a discussão sobre o projeto de escola que se deseja construir também envolveu os professores das etapas do ensino fundamental, já que a escola conta com 50 docentes distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno, todos com formação superior conforme a legislação vigente. A maioria desses professores já concluiu a pós-graduação, o que aumenta sua responsabilidade em compreender os processos de gestão educacional e suas ações no cotidiano escolar, com o objetivo de promover uma prática democrática, participativa e atuante. Para os professores, está claro que não basta discutir o PPP; é essencial que ele seja acompanhado de um planejamento estratégico e de avaliações recorrentes, abordando o ensino básico de forma integrada e respeitando as particularidades de cada etapa de ensino, junto com suas práticas pedagógicas.

A estratégia a ser adotada consiste em convocar todos os envolvidos para participar ativamente do "mutirão" em defesa da escola que almejamos, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Constituição, no Art. 205, que afirma: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil: 2011, p. 56).

A ordem Constitucional é clara e objetiva quando assim determina que o dever do Estado, da família e a colaboração da sociedade são sumamente importantes na realização do projeto educacional. Para realização desses fins a Escola exerce uma

função primordial como instituição da rede pública de ensino vinculada ao Estado, Município ou União.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia a ser implementada visa convocar todos os envolvidos para uma participação ativa na construção de uma escola que atenda aos princípios democráticos e colaborativos. Os professores, enquanto agentes fundamentais neste processo, devem ir além da simples transmissão de conteúdo e trabalhar para criar um ambiente de aprendizagem onde os alunos possam desenvolver suas habilidades e competências de forma independente.

A escola, de acordo com esse novo modelo, prioriza o ensino construtivo, com metodologias inovadoras e o acompanhamento contínuo dos projetos pedagógicos e de gestão. O Projeto Político Pedagógico (PPP) se torna o guia para essa jornada, sendo um elo entre o currículo e as práticas pedagógicas, criando oportunidades de aprendizagem que vão além da sala de aula e promovem a solidariedade e justiça social.

As estratégias pedagógicas adotadas pelos professores da Escola "A Redentora" são baseadas em um planejamento colaborativo que envolve a construção do currículo e a análise constante do progresso dos alunos. Esse processo visa romper com a tradição do ensino prescritivo e unidirecional, favorecendo práticas mais interativas e participativas, tanto para os alunos quanto para os professores. Embora ainda em fase de implementação, essa mudança exige uma reflexão contínua sobre o papel de cada educador e um compromisso com a evolução do ensino.

A escola em construção deve ser um espaço democrático, que envolve todos os membros da comunidade escolar na elaboração e execução do PPP. O foco é garantir uma gestão descentralizada, participativa e transparente, rompendo com os modelos centralizadores que ainda existem em algumas instituições públicas.

Além disso, é importante destacar que o governo do estado tem apoiado a implementação de uma gestão democrática nas escolas públicas, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Esse processo deve ser respaldado por uma análise crítica e contínua, envolvendo a participação ativa de professores, alunos e a comunidade em geral.

A reflexão sobre a educação precisa considerar o desenvolvimento integral dos alunos, respeitando suas necessidades individuais e coletivas. O currículo deve ser mais do que uma lista de disciplinas, sendo uma ferramenta dinâmica e adaptável que acompanha as mudanças e desafios da sociedade.

Para que isso aconteça, é essencial que a avaliação da aprendizagem seja feita de maneira contínua, com base na ação prática dos alunos e no entendimento de suas necessidades. A formação de cidadãos críticos e comprometidos com a comunidade é o principal objetivo desse processo educacional.

A escola precisa ser um ambiente que reflita a diversidade cultural e social de sua comunidade, e o planejamento deve ser constantemente reavaliado, com a participação ativa de todos os envolvidos. A colaboração entre professores, alunos e comunidade é essencial para criar uma escola inclusiva, participativa e focada no desenvolvimento integral dos estudantes.

Por fim, a criação de projetos culturais e atividades que envolvam a comunidade é uma maneira eficaz de fortalecer os valores culturais locais, como as manifestações artísticas e tradições populares. A integração entre a escola e a comunidade deve ser uma prioridade, utilizando a cultura como ferramenta pedagógica para promover um aprendizado significativo e transformar a realidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas, Disponível em: <https://www.qedu.org.br/estado/104-amazonas/aprendizado> Acesso: 14 jul. 2021.

_____. Documento base Plano Estadual de Educação Amazonas, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico. Eirunepé: 2015.

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL, MEC - Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit_e.pdf Acesso em: 5 jul. 2021.

_____. <http://portal.mec.gov.br/ensino-medio-inovado>. Acesso em: 9 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. PCN - Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: bases legais/ Ministério de Educação. Brasília: Ministério da educação/ Secretaria de educação média e tecnológica, 1999.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

_____. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/ideb/sistema-ideb-por-escola-ja-esta-disponivel> Acesso em 16 jul. 2021.

_____. FNDE, <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico> . Acesso: dia 25 de nov. 2021.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155746>. Acesso: 9 de set. 2023.

CARDOSO, Ivânia Miranda Rodrigues. Programa escola integral no Amazonas: um estudo sobre a organização do tempo em uma escola de Manaus. Juiz de Fora: 2016, (mimeo).

CENPEC <https://www.cenpec.org.br/noticias/ensino-medio-na-pandemia-como-mitigar-as-perdas-de-aprendizagem> . Acesso: dia 20 de nov. 2021.

CONAE-2022. Documento referência – Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira, Brasília: 2021.

DEMO, Pedro. Ser Professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004.

_____. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, autores associados, 1988.

https://www.estadao.com.br/educacao/como-e-o-desempenho-do-brasil-no-ranking-global-de-alfabetizacao-pior-que-turquia-e-azerbaijao/?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=IwAR3Uhz7TFbrRyk6UbBcf6QtflHfzgp6CyCZ9YNIC34W0H6JiO_QtGGdO3w . Acesso: dia 9.9.2023.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967

_____. Carta de Paulo Freire aos professores
<https://www.scielo.br/j/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWHcL/?format=pdf&lang=pt> . Acesso: 20 de nov. 2021.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IOSCHPE, Gustavo. A ignorância custa um mundo: valor da educação no desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Francis, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “A educação na urgência da reconstrução”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 27.11.2021. Opinião.

PACHECO, José. Escola da Ponte: formação e transformação da educação. Petrópolis, RJ: 2011.

PINHEIRO, Fredson Alves. Formação dos professores e suas práticas pedagógicas na escola “a redentora” no município de Eirunepé, Amazonas. Manaus: Unades, 2021, (mimeo)

RAMOS, J.F.P. Gestão democrática da escola pública: a experiência do governo das mudanças (1995-2001). Fortaleza: Edições Seduc: UECE, 2005.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. Servidão humana na selva – o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Valer/Edua, 2009.

UNICEF, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). Indicadores da qualidade na educação. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas – SP: Papirus, 1995.